



Nº 05 – AGO/SET/OUT 2019

DESTAQUES

Relatório da OMS auxilia lideranças municipais a combater principais causas de mortes urbanas

No Dia Mundial das Cidades (31 de outubro), a Organização Mundial de Saúde lançou o relatório “O poder das cidades: combatendo doenças não transmissíveis e lesões no trânsito” (The Power of Cities: Tackling Non-Communicable Diseases and Road Traffic Injuries), voltado para prefeitos, funcionários dos governos locais e planejadores de políticas para cidades.

O documento reúne 19 estudos de caso, e destaca as principais áreas em que os líderes podem abordar os fatores determinantes das doenças não transmissíveis – incluindo tabaco, poluição do ar, falta de exercício, má nutrição e alimentação, além de melhoras na segurança das vias.

Segundo a OMS, 41 milhões de pessoas morrem anualmente devido a doenças cardíacas, acidente vascular cerebral (AVC), câncer e diabetes. Já os acidentes de trânsito matam 1,35 milhão ao ano.

Para o Diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, as decisões dos líderes das cidades importam na medida em que impactam a saúde de bilhões de pessoas.

“Para que as cidades prosperem, todos precisam de serviços que melhorem sua saúde. Transporte público, espaços ao ar livre seguros, limpos e atraentes, comida saudável e, é claro, serviços de saúde acessíveis. Mais da metade da população mundial vive nas cidades e essa quantidade está aumentando”, afirmou o dirigente.

Fonte: Nações Unidas – Edição: SE-Conicq

<https://nacoesunidas.org/novo-relatorio-da-oms-auxilia-liderancas-a-combater-principais-causas-de-mortes-urbanas/>

BRASIL

ONU concede prêmio ao Brasil por controle ao tabaco

Ministro Mandetta preside a Comissão Nacional para Implementação da CQCT

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, recebeu, em fins de setembro, em Nova York o Prêmio da Força-Tarefa Interagências da Organização das Nações Unidas (ONU).

O reconhecimento foi para ações do governo brasileiro de combate ao tabaco e pela redução de mortes no trânsito. Nos últimos 12 anos, o número de fumantes no Brasil caiu 40%, passando de 15,6% em 2006 para 9% em 2018.

Entre 2010 e 2017, o país reduziu em 17,4% o número de mortes por acidentes de trânsito, de 42.844 para 35.374 óbitos. De acordo com o governo brasileiro, o prêmio da ONU é um reconhecimento à contribuição brasileira para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), fixados em 2015, como um plano de ação em diferentes áreas, entre elas a saúde, até 2030.

“Conseguimos chegar a 9% de pessoas que fumam no país graças a nossa luta contra o tabaco por quase 20 anos”, afirmou Mandetta, ressaltando que o Brasil será “o primeiro país livre do tabaco no mundo. E isso é algo que somente a cobertura universal em saúde e o apoio da sociedade pode fazer”.

O prêmio foi destinado à Comissão Nacional de Implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco e seus Protocolos do Brasil (CONICQ), presidida pelo Ministério da Saúde. A comissão tem o objetivo de promover o desenvolvimento, a implementação e a avaliação de estratégias, planos e programas para o cumprimento das obrigações previstas na CQCT.

Em julho, o Brasil foi reconhecido como um dos primeiros países do mundo a alcançar o mais alto nível das seis medidas MPOWER (vigilância do consumo do tabaco e políticas de prevenção; proibição do consumo de tabaco em espaços públicos fechados, locais de trabalho e transportes públicos; apoio para que as pessoas possam parar de fumar).

Isso significa que conseguiu implementar as melhores práticas no cumprimento das estratégias preconizadas pela Organização Mundial de Saúde, com apoio da Secretaria-Executiva da Conicq (Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco).

“Queremos ser primeiro mundo em saúde pública e na luta antitabagista. Queremos ser o primeiro país do mundo livre de tabaco. E isso depende de nós. Esse trabalho é muito focalizado no Ministério da Saúde, mas é feito pelos três poderes”, afirmou Henrique Mandetta, durante o lançamento do relatório, no Museu do Amanhã, Rio de Janeiro.

Fonte: Agência Brasil – Edição: SE-Conicq
<http://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2019-09/onu-premia-brasil-por-controle-ao-tabaco-e-por-acoes-no-transito>

Após quatro anos, Senado aprova PLS 769, de José Serra, e proposta segue para a Câmara

Projeto deverá ser questionado pelo Presidente da Frente Parlamentar da Agricultura

O Plenário do Senado aprovou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 769/2015, de autoria do Senador José Serra, que reúne diversas medidas para desestimular o contato de crianças e adolescentes com o tabaco, e agora segue para a Câmara, onde o Presidente Rodrigo Maia decidirá por qual Comissão iniciará a tramitação.

O Requerimento de Urgência viabilizou a votação da proposição em conjunto com diversas emendas, que aperfeiçoaram o texto original, descartando as quatro emendas do Senador Luiz Carlos Heinze (PP-RS), que visaram modificar a proposta.

Heinze foi contrário ao projeto, e ponderou que as 180 mil famílias que se sustentam com o plantio de tabaco nos estados do Sul serão prejudicadas.

A Câmara possui 513 deputados, com maior diversidade de comissões e partidos, o que pode tornar mais prolongada a tramitação.

Entre outras medidas, o projeto prevê a proibição da exposição de produtos fumíferos nos pontos de venda, mudanças nas embalagens de cigarros, eliminação de substâncias que conferem sabor e aroma a esses produtos, além do enquadramento do ato de fumar em veículos com menores de 18 anos como infração de trânsito.

Relatora do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o texto foi aprovado em julho de 2019, a senadora Leila Barros (PSB-DF) negociou o aumento das advertências gráficas em substituição a padronização das embalagens.

O autor da proposta, José Serra (PSDB-SP), que esteve a frente do Ministério da Saúde de 1998 a 2002, no segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e liderou a promulgação da Lei 9.294, de 1996, que restringiram o uso e a propaganda de derivados de tabaco, entre outras substâncias, comemorou a medida como crucial para a saúde da população.

“Hoje o Senado dá uma mensagem clara de que a saúde dos brasileiros é prioridade, afirmou.

Fonte: Senado – Edição: SE-Conicq

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/11/12/aprovado-pelo-senado-projeto-que-amplia-combate-ao-tabagismo-vai-a-camara>

Projeto de Lei propõe proibição do consumo de cigarro para menores de 21 anos

A deputada federal Edna Henrique (PSDB-PB) apresentou o PL 5253/19, que determina a proibição da venda de produtos fumígenos a menores de 21 anos. A proposição altera a Lei 9.294/96, e está tramitando na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

Em defesa da proposição, a parlamentar defendeu que as atuais medidas adotadas pela Política Nacional de Controle do Tabagismo são insuficientes para deter as 157 mil mortes precoces estimadas pelo Instituto Nacional de Câncer, e que o aumento da idade restringiria o início precoce do tabagismo.

Outras pesquisas apontam igualmente para o uso intensivo de tabaco por jovens, como o VIGITEL e o VIGESCOLA.

“Acreditamos, assim, que chegou o momento de intensificar as medidas de proteção à saúde dos jovens, que se refletirá em redução de problemas graves na vida adulta e no envelhecimento. Ocorre-nos, dessa forma, que alterar a idade mínima para permitir a compra de produtos fumígenos para 21 anos pode ser uma medida de grande impacto”, justifica a parlamentar.

Fonte: Câmara – Edição: SE-Conicq

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2222066>

ART. 17 – APOIO A DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO

Agricultores familiares brasileiros podem assumir papel-chave no combate à fome, diz ONU

Fórum entende que agricultura familiar brasileira poderia combater a fome na África

Cerca de 200 representantes de governos, organizações não governamentais, setor privado, academia e potenciais investidores reuniram-se em São Paulo, em novembro, para buscar formas de fortalecer as relações entre o Brasil e o continente africano no que se refere à segurança alimentar.

Na ocasião, o diretor do Centro de Excelência contra a Fome, Daniel Balaban, enfatizou a importância de os países adquirirem produtos de pequenos agricultores como forma de enfrentar a fome no mundo, que teve um aumento recente após anos de declínio.

Eles participaram da sétima edição do Fórum Brasil África, cujo tema deste ano foi “Segurança Alimentar: caminho para o crescimento econômico”. O evento foi organizado pelo Instituto Brasil África, em parceria com diversas organizações, incluindo o Programa Mundial de Alimentos (WFP) e o Centro de Excelência contra a Fome, que é fruto de uma parceria entre o WFP e o governo brasileiro.

Fornecer acesso à alimentação necessária para garantir uma vida ativa para as pessoas é a base do desenvolvimento. No entanto, a fome parece estar aumentando novamente após um prolongado declínio. Conflitos, secas e desastres ligados às mudanças climáticas estão entre as principais causas dessa reversão.

Nesse contexto, o evento buscou reunir governos, organizações não governamentais e setor privado para desenvolver planos efetivos que sejam economicamente viáveis, socialmente justos e ecologicamente corretos.

Enquanto a segurança alimentar tem uma essência multidimensional, o tema foi discutido sob variadas perspectivas, incluindo tecnologia, comércio e investimento, mecanização, saneamento e educação.

O diretor do Centro de Excelência contra a Fome, Daniel Balaban, participou de uma das plenárias, denominada “Alimentando o mundo: um chamado à ação”, na qual enfatizou a importância de pequenos agricultores para os sistemas alimentares e para o combate à fome.

De acordo com Balaban, é necessário encontrar formas de agricultores familiares e pequenos agricultores venderem seus produtos de forma estruturada, por meio da criação de demanda por parte de governos, que podem adquirir produtos para serem usados em escolas e hospitais.

Ele citou como um exemplo de boa prática o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) brasileiro.

“Trinta por cento do orçamento federal brasileiro vai para programas de alimentação escolar, e os alimentos são comprados de pequenos produtores, que anteriormente só tinham sua própria subsistência como objetivo.”, explicou.

Além disso, o diretor falou sobre a importância das relações entre Brasil e África e explicou o trabalho feito pelo Centro de Excelência contra a Fome, que já beneficiou mais de 30 países no continente africano.

Hamady Diop, chefe de cooperação técnica e de serviços de consultoria da Agência de Desenvolvimento da União Africana; Marcos Brandalise, fundador e presidente-executivo da Brazafric Group; e Demétrio Carvalho, vice-diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC); também participaram do painel.

A mediadora foi Caroline Ribeiro, diretora de comunicação do Fórum Brasil África. Eles discutiram a urgente necessidade de acabar com a fome, que aumentou globalmente após anos de declínio.

Fonte: Nações Unidas – Edição: SE-Conicq

<https://nacoesunidas.org/agricultores-familiares-tem-papel-chave-no-combate-a-fome-diz-centro-da-onu/>

Projeto Esperança/Coesperança divulga balanço positivo da FEICOOP

O balanço da 26ª Feira Internacional do Cooperativismo (Feicoop), realizada em Santa Maria, revelou o número de 305 mil visitantes, três mil a mais do que em 2018, ano

em que sediou a reunião temática da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, voltada para a implementação do tratado, principalmente o artigo 17, que trata de alternativas economicamente viáveis aos plantadores de tabaco.

Estiveram representados nesta edição 3,5 mil empreendimentos organizados em rede, fóruns locais e macrorregionais de Economia Solidária, Fórum Brasileiro de Economia Solidária; entidades públicas e privadas; escolas; Universidades; Institutos Federais, Fundos Solidários; Redes Nacionais e Internacionais de Economia Solidária vindos de 23 países, 26 estados brasileiros, Distrito Federal e 585 municípios do Brasil.

A Feicoop é organizada pelo Projeto Esperança/Coesperança e Banco da Esperança, braços da Arquidiocese de Santa Maria; Cáritas Brasileira e Cáritas Regional Rio Grande do Sul; Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); e Prefeitura Municipal de Santa Maria, com apoio de diversas entidades e instituições.

“Esta foi uma Feira de resistência e insistência. Apesar de todos os desafios que encontramos na preparação desta Feicoop, sentimos uma alegria muito grande em poder realizar um evento tão gigantesco com a participação de pessoas de tantos lugares. Mostra a certeza de que estamos no caminho certo”, relata irmã Lourdes Dill, coordenadora do Projeto Esperança/Coesperança e vice-presidente da Cáritas Brasileira.

Fonte: Esperança Coesperança – Edição: SE-Conicq

<https://www.esperancacoesperanca.org/single-post/2019/07/15/26%C2%AA-Feicoop-re%C3%BAne-305-mil-visitantes-em-quatro-dias-de-evento>

INDÚSTRIA DO TABACO/CADEIA PRODUTIVA DO TABACO

Em parceria com o CETAB (Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde/FIOCRUZ)

Estado de São Paulo revela que ex-Senador atua como lobista da Philip Morris
Cassio Cunha Lima vem negociando a alteração da tributação do tabaco

O Jornal Estado de São Paulo apurou que senadores que não se reelegeram estão sendo contratados como consultores e lobistas de empresas dos diversos ramos, incluindo a indústria do tabaco, telecomunicações e bancos.

Seria o caso do ex-senador do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), que montou a Advice Brasil Relações Institucionais após perder a eleição, e vem trabalhando para a Philip Morris. Lima confirmou trabalhar para a fabricante de cigarros.

Em abril, o Jornal O Globo, através da coluna de Lauro Jardim, divulgou que o governador de São Paulo, João Dória, deu o nome da firma de Cunha Lima e, em fins de setembro, o ex-senador e a Philip Morris se reuniram com o chefe de gabinete de Dória, no Palácio Bandeirantes.

Mais recentemente, no dia 6 de novembro, Cunha Lima e a Philip Morris foram agendados com o Chefe da Assessoria Especial do Ministério da Economia, Caio Megale, para tratar da alteração do regime de tributação do tabaco.

Em 2011, Cassio Cunha Lima divulgou que seu pai, o ex-governador da Paraíba, Ronaldo Cunha Lima, morreu devido a um câncer de pulmão devido ao consumo de cigarro.

Fonte: Estadão – Edição: SE-Conicq

<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,mandatos-dao-lugar-ao-lobby-no-congresso-nacional,70003084501>

<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/joao-doria-batiza-empresa-de-lobby-criada-pelo-amigo-cassio-cunha-lima/>

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/sala-de-imprensa/agenda-do-governador/quinta-feira-26-de-setembro-de-2019/>

<http://www.economia.gov.br/agendas/assessoria-especial-de-relacoes-institucionais/gabinete/chefe-de-assessoria-especial/2019-11-06?month:int=11&year:int=2019>

Câmara Setorial do Tabaco realiza reunião na Bahia, e inicia debates sobre COP9

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco, presidida por Romeu Schneider, realizou a sua última reunião do ano, em Cruz das Almas, na Bahia. Na pauta, dados sobre a última safra (2018/2019), a projeção para a atual safra, projetos de lei em discussão no Congresso Nacional.

A reunião serviu para o início do debate sobre a próxima Conferência das Partes (COP9), que ocorrerá em novembro de 2020, em Haia, na Holanda.

“Queremos antecipar as discussões e garantir uma organização maior dos representantes da cadeia produtiva do tabaco para que possam estar envolvidos nas decisões do Governo do Brasil que serão levadas para a Holanda”, enfatiza Schneider.

Schneider destaca a importância das reuniões da Câmara que, por ser composta por membros de diversos órgãos e entidades, consegue acompanhar os assuntos acerca de toda a cadeia produtiva.

“Abordamos os acordos comerciais assinados entre o Mercosul e a União Europeia; a Lei Kandir, pois o tabaco tem grande exportação; a reforma tributária, onde o cigarro é um dos produtos com mais tributos, entre 72% a 90%; o mercado ilegal de cigarros; e o projeto 7.100/2006, do então senador Sérgio Zambiasi, que impede o produtor que produz também tabaco, de acessar financiamentos do Pronaf para aplicar em outras culturas, o que dificulta ainda mais a possibilidade de uma maior diversificação”, destaca Schneider.

Fonte: Agrolink – Edição: SE-Conicq

https://www.agrolink.com.br/noticias/camara-setorial-realiza-reuniao-na-bahia_425959.html

Nova diretoria da Amprotabaco projeta ampliar número de municípios na entidade Entidade é subsidiada por alguns dos municípios dos Estados do Sul

A Associação dos Municípios Produtores de Tabaco (Amprotabaco) empossou sua quarta diretoria desde sua criação, em 2013, para o período 2019/21, em Santa Cruz do Sul (RS), município comandado por Telmo Kirst, prefeito criador da entidade.

Presente a solenidade, o presidente do SindiTabaco, Iro Schünke, reforçou a importância da representatividade da Amprotabaco nas esferas estaduais e federal, enquanto Benício Werner, presidente da Afubra, falou sobre a importância de continuar fortalecendo a associação.

“Queremos sensibilizar os prefeitos aqui presentes para aumentar essa rede de apoio aos produtores de tabaco e encarar conosco os tantos desafios enfrentados”, esclareceu.

Durante a assembleia, o prefeito de Vera Cruz (RS), Guido Hoff, defendeu a ampliação do número de municípios na entidade para a defesa do setor, e contra os ativistas.

“A Amprotabaco precisa dos prefeitos para se desenvolver ainda mais, em defesa desse setor que gera empregos e renda no campo e na cidade. Precisamos de uma associação forte para defender essa cultura de ativistas que só sabem culpar o tabaco, desconhecendo suas ações no âmbito da proteção da criança e do adolescente, da saúde e segurança do produtor, de proteção ao meio ambiente”, disse Hoff que seguirá na nova diretoria como vice-secretário.

Fundada em 2013 pelo prefeito Telmo Kirst, de Santa Cruz do Sul (RS), a partir de 2015, para fortalecer a entidade, câmaras de municípios dos Estados do Sul destinaram recursos oficiais para custeio político-administrativo, entre os quais São Lourenço do Sul, Venâncio Aires, Sinimbu, Restinga Seca e Rio Pardo (RS), Canoinhas e Irineópolis (SC), São João do Triunfo e Rio Azul (PR).

DIRETORIA

Presidente: prefeito Rodrigo Solda (Rio Azul/PR)

Vice-presidentes: prefeito Rudinei Harter (São Lourenço do Sul/RS), prefeito Gervásio Maciel (Ituporanga/SC) e prefeito Abimael do Valle (São João do Triunfo/PR)

Secretário: prefeito Vinicius Pegoraro (Canguçu/RS)

Vice-secretário: prefeito Guido Hoff (Vera Cruz/RS)

Tesoureiro: prefeito Giovane Wickert (Venâncio Aires/RS)

Vice-tesoureiro: prefeito Paulo Joel Ferreira (Boqueirão do Leão/RS)

Prefeito Marciano Ravanello (Arroio do Tigre/RS)

Prefeito Maiquel Evandro Laurenno Silva (Vale do Sol/RS)

Prefeito Ivo de Lima Ferreira (Camaquã/RS)

Prefeito Bertoldo Rover (Imbituva/PR)

Prefeito Luiz Henrique Saliba (Papanduva/SC)

Prefeito Juliano Pozzi Pereira (Irineópolis/SC)

Fonte: Agrolink – Edição: SE-Conicq

https://www.agrolink.com.br/noticias/nova-diretoria-da-amprotabaco-projeta-ampliar-defesa-da-cadeia-produtiva_425213.html

Confederação Nacional da Agricultura orienta Câmara Setorial do Tabaco sobre Lei da Integração

Em fins de agosto, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) apresentou aos representantes da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco, o Programa Cadec Brasil - Comissão para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração -, formada por representantes dos produtores e indústria, conforme Lei nº 13.288/16 (Lei da Integração), iniciativa que busca garantir mais segurança jurídica entre produtores integrados e agroindústrias.

Entre outros desafios, o fórum se propõe resolver o histórico problema da classificação e preço do tabaco realizado pelos técnicos da indústria do tabaco.

A assessora técnica da Comissão Nacional de Empreendedores Familiares Rurais da CNA, Marina Zimmermann, explicou que a entidade realizou em 2019 uma série de palestras sobre os contratos de integração para produtores de tabaco da região Sul.

“Levamos informações aos produtores de tabaco para que eles estejam preparados no momento de negociar os contratos de integração para que a relação contratual seja benéfica também para o fumicultor”, observou Zimmermann.

Para aderir ao Cadec Brasil, a Federação ou Sindicato Rural tem que contatar a CNI, e solicitar a orientação. Agricultores que plantam tabaco dos municípios de Irati (PR), Itaiópolis (SC), Irineópolis (SC), Ituporanga (SC), Canguçu (RS) e Candelária (RS) participaram das palestras.

A integração é uma relação contratual em que o produtor rural se responsabiliza por parte do processo produtivo. A agroindústria fornece os insumos e o integrado repassa a produção.

Fonte: CNABrasil – Edição: SE-Conicq

<https://www.cnabrasil.org.br/noticias/cna-apresenta-cadec-brasil-na-camara-setorial-da-cadeia-produtiva-do-tabaco>

DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS PARA FUMAR

Gigantes do Tabaco pressionam Paraguai para legalização dos DEFs
Empresas discordam que o DEF seja regulado como tabaco tradicional

Os executivos regionais da British American Tobacco (BAT) vem pressionando o Paraguai para a legalização dos dispositivos eletrônicos para fumar (DEF), mas dependem de um Projeto de Lei aprovado pelo Congresso para regular esses produtos.

Os DEFs constam do portfólio da BAT desde 2012, e está presente com a Vype em cerca de vinte países da Europa, Ásia, Canadá, México e outros países, e com Vuse nos Estados Unidos, disse Jorge Cabrera, diretor jurídico e de assuntos corporativos da BAT para o Cone Sul.

“Estamos aqui porque ficamos impressionados com o projeto de lei que está no Congresso, onde você deseja regulamentar o uso de vapers ou cigarros eletrônicos. Congratulamos com o fato de o Congresso ter focado neste produto, porque promovemos a regulamentação apropriada dos vaporizadores em todo o mundo”, afirmou o gerente.

No entanto, ele alertou que estão preocupados com um ponto deste projeto de lei “porque equipara os cigarros eletrônicos ao tabaco convencional, e o enquadra da mesma maneira”, o que não é aceitável pela BAT.

Ele acrescentou que existe um grande desconhecimento desse produto no mundo, que, embora diferente do tabaco normal, argumenta que não são para menores.

“Os DEFs são 95% mais seguros que o cigarro tradicional, e a BAT não diz isso, mas o Ministério da Saúde inglês, o Colégio de Médicos da Inglaterra, o Ministério da Saúde do Canadá, da Nova Zelândia, entre outros estudos”, defendeu.

Por sua vez, Julio Vandorsee, gerente de assuntos regulatórios da BAT do Cone Sul, disse que é muito importante que no Paraguai o tratamento das autoridades de saúde pública para cigarros e para o papel não seja o mesmo.

“Eles não têm nada a ver com um cigarro eletrônico com um produto de tabaco, eles só poderiam ser similares porque ambos têm nicotina, mas é uma substância que não está presente apenas no tabaco”, discordou Vandorsee.

Fonte: ABC – Edição: SE-Conicq

<https://www.abc.com.py/edicion-impresa/economia/2019/11/06/tabacalera-multinacional-estudia-traer-vapeadores/>

Governo dos EUA disse que uso de cigarro eletrônico ficará restrito para maiores de 21 anos

O Governo Donald Trump, anunciou a intenção de aumentar de 18 para 21 anos a idade mínima para uso de cigarros eletrônicos e vaporizadores.

Atualmente, a lei permite o uso desses produtos por jovens a partir de 18 anos, mesma idade em que se libera o consumo do cigarro tradicional. Com a mudança, os vaporizadores ficariam mais restritos do que seus antecessores.

No ano passado, as autoridades americanas alertaram para uma "epidemia" de vaporizadores entre menores de idade. Além disso, doenças pulmonares misteriosas ligadas à nova tecnologia têm preocupado o governo.

Trump não detalhou como pretende regular o produto, que teve a comercialização liberada pela Food and Drugs Agency (FDA), correspondente à Anvisa nos EUA, antes da regulamentação oficial.

O republicano afirmou que a Casa Branca deve apresentar um relatório final na próxima semana.

“Nós temos que cuidar de nossas crianças, acima de tudo. Por isso, vamos aumentar o limite para 21 anos, ou algo em torno disso”, anunciou Trump a jornalistas na Casa Branca.

Em setembro, o presidente americano solicitou ao equivalente ao Ministério da Saúde nos EUA e à FDA uma investigação sobre as doenças misteriosas, que já levaram a várias mortes no país e se tornaram motivo de preocupação pelos possíveis efeitos do uso dos dispositivos eletrônicos, em especial entre os mais jovens.

Uma das propostas sobre a mesa é proibir os vaporizadores saborizados. Trump, no entanto, também acenou para a indústria.

“Estamos falando sobre (*aumentar a*) idade mínima e sobre (*proibir*) sabores mas também sobre manter pessoas empregadas”.

Vários estados americanos já impuseram vetos aos produtos. O Congresso americano também tem se dedicado ao debate em torno dos impactos dos cigarros eletrônicos.

Um dos pontos mais críticos é justamente o uso de materiais saborizados, como os cartuchos de nicotina mentoladas da Juul, que anunciou o encerramento da produção do produto na última quinta-feira.

Argentina registra primeiro caso de lesão pulmonar causada por cigarro eletrônico

Após os 1888 casos ocorridos nos Estados Unidos, entre adoecimentos e mortes, surgiu na Argentina o primeiro caso de lesão pulmonar associada ao uso de cigarro eletrônico, em um homem de 30 anos.

O Ministério da Saúde emitiu um alerta epidemiológico no qual recomenda às equipes de saúde para notificar todos os casos confirmados e prováveis e insistiu nos riscos do uso desses dispositivos.

“O documento estabelece como um caso clínico provável e confirmado é definido. Já existe um formulário de registro com as informações que devem ser relatadas ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária de pacientes com doenças respiratórias associadas ao consumo de cigarros eletrônicos. O objetivo é que possamos ter um registro e uma situação na Argentina a partir do caso de conhecimento público”,

afirma Clarín Verónica Schoj, diretora nacional de promoção da saúde e controle de doenças crônicas e não transmissíveis.

A notificação cobre pessoas que tenham usado cigarro eletrônico nos 90 dias anteriores ao início dos sintomas, que tenha infiltrações pulmonares (como opacidades na radiografia ou na TC do tórax), ausência de infecção pulmonar na avaliação inicial e cuja história clínica não apresente evidências.

Um diagnóstico alternativo plausível é considerado um caso confirmado de lesão pulmonar associada ao uso de cigarro eletrônico (EVALI).

Em um provável, os dois primeiros critérios devem ser apresentados, mas em caso de infecção "a equipe médica que trata o paciente considera que a infecção não é a única causa da lesão pulmonar subjacente".

Eles são obrigados a notificar os médicos das unidades de saúde públicas e privadas que auxiliam o paciente e chegam ao diagnóstico, bem como os bioquímicos que participaram dos estudos para investigar se há infecção respiratória.

MUNDO SEM TABACO

Turquia estabelece preço mínimo, e reajusta preços sobre cigarros para reduzir consumo

O site Aksam noticiou que o governo da Turquia reajustou os preços das embalagens de cigarro estabelecendo um preço mínimo para o consumo, a exemplo da política de contenção de consumo entre jovens e os de menos renda adotada pelo Brasil desde 2011.

Assim, o montante mínimo de imposto fixo por embalagem passa a incidir em 67% perante a taxa de imposto de cigarros.

O montante mínimo do imposto fixo é um elemento para impedir a venda de cigarros a preços baixos. O preço de varejo do cigarro é multiplicado pela alíquota do imposto, e se o valor for maior que o imposto fixo mínimo, o imposto relativo é calculado como resultado da multiplicação; se for baixo, o montante mínimo do imposto fixo deve ser tomado como base.

Esta política se soma as outras que levaram a Turquia a ser reconhecida como um país que vem executando melhores práticas pela OMS no controle do tabaco nos últimos anos.

Fonte: Aksam – Edição: SE-Conicq

<https://www.aksam.com.tr/ekonomi/sigara-fiyatlari-artti-mi-sigaraya-zam-mi-geldi/haber-997656>



<https://www.inca.gov.br/observatorio-da-politica-nacional-de-controle-do-tabaco>



A CONICQ é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco.

Expediente:

Este boletim é produzido pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)

INCA - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva / Ministério da Saúde.

Contato: conicq@inca.gov.br

Redação: Alexandre Octávio

Conselho Editorial: Alessandra Machado, Ana Paula L. Teixeira, Érica Cavalcanti, Cristina Perez (consultoras), Felipe Mendes, Renata Pereira, Tânia Cavalcante.

Projeto gráfico: Equipe da Divisão de Comunicação Social do INCA